



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MAYARA JÚLIA DE ARAÚJO FREIRE**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BURUNDI: AS CAUSAS DA FOME ENTRE 1980  
E 2014**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**MAYARA JÚLIA DE ARAÚJO FREIRE**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BURUNDI: AS CAUSAS DA FOME ENTRE 1980  
E 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso ou  
Dissertação ou Tese apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
da Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha  
Leite.

**JOÃO PESSOA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F866i Freire, Mayara Júlia de Araújo.  
Insegurança alimentar no Burundi [manuscrito] : as causas da fome entre 1980 e 2014 / Mayara Julia de Araujo Freire. - 2018.  
30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Insegurança alimentar. 2. Burundi. 3. Global Hunger Index.

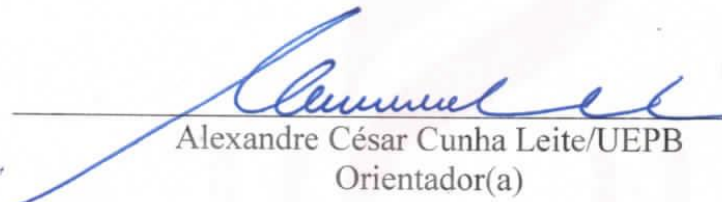
21. ed. CDD 363.8

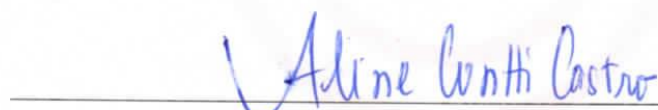
MAYARA JULIA DE ARAÚJO FREIRE

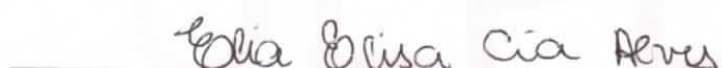
INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BURUNDI: AS CAUSAS DA FOME ENTRE 1980 E 2014

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 06 / 2018.

  
Alexandre César Cunha Leite/UEPB  
Orientador(a)

  
Aline Contti/UFPB  
Examinador(a)

  
Elia Elisa Cia Alves/UEPB  
Examinador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Roseane Patrícia, por seu companheirismo, apoio incondicional, alegria, força, coragem e dedicação, sem os quais minhas conquistas não seriam possíveis.

Ao meu pai, pelo amor, apoio e confiança.

Aos meus avós, pela sabedoria, suporte e doação, fundamentais durante todos os anos de minha formação.

As minhas amigas, Isabella, Taise, Rachel e Patricia pelo alívio, descontração, suporte e apoio em momentos de alegria e desespero.

As minhas tias, pelo apoio durante minha trajetória e pelas boas risadas.

Ao meu irmão e primo, pelo companheirismo.

Ao corpo docente da universidade, pela partilha de conhecimento ao decorrer do curso.

E ao meu orientador, professor Alexandre César Cunha Leite, por sua prestatividade e compreensão.

*Fiat Panis - Que haja pão*  
(FAO)

## INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BURUNDI: AS CAUSAS DA FOME ENTRE 1980 E 2014

Mayara Júlia de Araújo Freire\*

### RESUMO

Dentro de um contexto de diminuição mundial da fome, o Burundi, país do centro leste africano, apresenta uma situação precária de segurança alimentar há mais de 30 anos. Nessa perspectiva, o objetivo central do presente estudo foi investigar e expor as principais causas da insegurança alimentar no Burundi entre 1980 e 2014. Quanto aos aspectos metodológicos este trabalho caracteriza-se como descritivo, tendo também caráter documental por se utilizar de relatórios internacionais como instrumento de coleta dados, estes sendo as diversas edições do *Global Hunger Index* publicadas entre 2006 e 2014. Trata-se de um estudo de caso, sendo ademais uma pesquisa quali-quantitativa, com o propósito de identificar na literatura, vínculos entre os índices coletados e suas respectivas motivações. Os resultados encontrados apontam que conflitos civis possuíram uma participação ímpar no estabelecimento da situação de fome no país, cuja segurança alimentar também foi constrangida por diversos outros agentes. Constatou-se também que entre os demais responsáveis pela fome no país estão: a crise econômica mundial, a crise mundial de alimentos, a redução da produtividade agrícola, o crescimento da densidade populacional, choques climáticos e conflitos político-partidários.

**Palavras-Chave:** Insegurança alimentar. Burundi. Global Hunger Index.

### 1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1990 e 2015, a prevalência da fome à nível global foi reduzida quase pela metade (FAO, 2015). No entanto, embora algumas regiões tenham apresentado uma rápida redução, como a América Latina, o norte da África e o sudeste Asiático, os países da África subsaariana observaram avanços em ritmos bem mais lentos.

A segurança alimentar<sup>†</sup> na África subsaariana é constrangida por diversos limitadores, que impedem a população da região de ter “a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável” como coloca a definição do conceito (WFS, 1996). Entre esses agentes limitadores estão guerras, deslocamento de refugiados, catástrofes ambientais, altos níveis de pobreza e doenças, que tornam o progresso a caminho da erradicação da fome modesto e por vezes, promovem retrocessos (FAO, 2015).

---

\* Aluno de Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.

Email: mayarajaraujo@gmail.com

<sup>†</sup>O termo “Segurança alimentar” será grafado em maiúsculo quando em referência ao conceito e aporte teórico, e em minúsculo em todos os demais casos.

No Burundi, país africano que tenta se recuperar de treze anos de Guerra civil compreendidos entre 1993 e 2006, a prevalência de desnutridos entre a população chegou a alcançar 72,4% em 2009, uma das maiores para o ano de acordo com dados disponibilizados pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO; WFP; IFAD. 2012). Este dado ilustra a magnitude do problema da fome no país, que apresenta níveis alarmantes de insegurança alimentar ao longo de boa parte de sua história recente. indo de encontro à tendência mundial de redução da fome nas últimas décadas e justificando assim a promoção desta pesquisa.

Dados do *Global Hunger Index*<sup>‡</sup> apontam que a situação de insegurança alimentar no Burundi desenvolveu-se em simultaneidade com os desdobramentos do conflito civil (mesmo previamente ao início da guerra). A literatura e a persistência dos índices elevados de insegurança alimentar após o fim da guerra (2006), atestam que são diversos os elementos participantes da circunstância precária de segurança alimentar do país no recorte temporal definido.

Diante das evidências, este artigo se propõe a responder a seguinte pergunta: Quais são os principais elementos promotores da situação de insegurança alimentar no Burundi entre 1980 e 2014? Diante desta questão norteadora baliza-se o seguinte objetivo central: investigar e expor as principais causas da insegurança alimentar no Burundi entre 1980 e 2014, a fim de proporcionar uma centralização de informações que permita uma visão holística da conjuntura da fome no país.

Para atingir o objetivo proposto, faz-se necessário estabelecer alguns passos que delineiam a trajetória deste artigo, a saber: (i) fundamentar conceitualmente Segurança alimentar; fazendo distinções e associações com termos análogos e expondo seus parâmetros, em concordância com as instituições internacionais competentes; (ii) averiguar a existência de vínculos entre o contexto histórico do Burundi e sua conjuntura de insegurança alimentar entre 1980 e 2006 (fim da guerra civil); (iii) Descrever a situação de insegurança alimentar pós-guerra civil e identificar a presença de legados da mesma entre 2007 e 2014; iv) investigar e a atuação de outros elementos participantes na promoção das circunstâncias de fome no período.

Este trabalho está estruturado em cinco seções incluindo esta introdução. Uma primeira seção que abordará a concepção teórica da Segurança alimentar e especificará os principais métodos de classificação e categorização de países e regiões quanto à insegurança

---

<sup>‡</sup> *Global Hunger Index*: relatório global que acompanha tendências de aumento e diminuição de segurança alimentar, teve sua primeira edição publicada em 2006



alimentar, destacando as principais variáveis levadas em consideração em cada método e expondo as possíveis limitações quanto à coleta de dados na referida área temática. O segundo segmento deter-se-á em descrever o contexto histórico do país e buscar interações deste com sua conjuntura de segurança alimentar, expondo o histórico de variação dos indicadores entre 1980 e 2006 e apontando os períodos de agravamento da situação em questão. A terceira parte concentra-se em apresentar a situação de segurança alimentar após 2006, explorando os fatores motivadores da manutenção e agravamento dos índices de insegurança alimentar. Por fim, serão expostas as considerações finais e as referências bibliográficas.

Quanto aos aspectos metodológicos este trabalho caracteriza-se como descritivo, tendo também caráter documental por se utilizar de relatórios internacionais como instrumento de coleta dados, sendo estes, as diversas edições do *Global Hunger Index* (GHI) publicadas entre 2006<sup>§</sup> e 2014. Para refletir o aspecto multidimensional da fome, o GHI combina três indicadores para formação de um índice. 1 Desnutrição: a proporção de pessoas desnutridas em formato de porcentagem da população (Reflexo da população com consumo calórico insuficiente); 2 Crianças abaixo do peso: a proporção de crianças com menos de cinco anos que estão abaixo do peso (Indicador de desnutrição infantil); 3 Mortalidade infantil: taxa de mortalidade entre crianças com menos de cinco anos (GHI 2012). Nesse contexto, a presente investigação utilizará como parâmetro de análise a evolução dos três indicadores que compõem o GHI, assim como o valor atribuído ao mesmo. Trata-se de um estudo de caso, sendo ademais uma pesquisa quali-quantitativa, com o propósito de identificar, por de uma revisão de literatura, conexões entre os índices coletados e suas respectivas motivações.

## **2 SEGURANÇA ALIMENTAR**

Desde o início dos anos 1970, o conceito de Segurança alimentar vem sofrendo um processo de evolução e diversificação, em meio ao qual ocorreu uma mudança de abordagem da temática, anteriormente focada puramente na agricultura, posteriormente ampliada para pautas como pobreza e desenvolvimento (SHAW, 2007). Dentro dessa perspectiva, este tópico fará uma introdução à temática, se segmentando de forma a abordar primeiramente o conceito de Segurança alimentar e os aspectos que o compõem, e posteriormente listar suas principais formas de mensuração, bem como exibir os relatórios internacionais que se mostram mais proeminentes na literatura do tema.

---

<sup>§</sup> Ressalta-se que embora a divulgação do relatório tenha início em 2006, as informações disponibilizadas datam de 1980.

## 2.1 Conceito e aspecto multidimensional

Após um prolongado período de declínio, o número de pessoas cronicamente desnutridas no globo passou de 777 milhões em 2015 para 815 milhões em 2016, de acordo com Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação et al. (2017). Embora ambos os valores sejam inferiores aos 900 milhões de desnutridos estimados no ano de 2000, o aumento em questão pode sinalizar uma reversão na tendência de redução da insegurança alimentar (FAO et al., 2017). Em 2017, 124 milhões de pessoas foram enquadradas como em crise de insegurança alimentar, situação que requer ação humanitária urgente, 16 milhões à mais que em 2016 (FSIN, 2018).

Entre as circunstâncias que permeiam ambientes de insegurança alimentar estão cenários políticos e sociais instáveis, desequilíbrios comerciais e macroeconômicos, desigualdade de gênero, desastres naturais e a ausência de boa governança (ILABOYA, et al, 2012). Grande parte aumento na Insegurança alimentar é atribuído pela FAO (2017) a conflitos civis, que são comumente acompanhados de maiores níveis de fome e desnutrição, principalmente quando perduram por longos períodos e se situam em países com capacidades institucionais frágeis (FAO, 2017).

O *World Food Summit - WFS* - (1996), encontro global com o objetivo de erradicar a fome e desnutrição e alcançar a segurança alimentar para todos, cunhou a Declaração de Roma (*Rome declaration on World Food Security*) (WFS, 1996), que traz a seguinte definição de Segurança alimentar: “Existe Segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (WFS, 1996).

A definição exposta coloca grande ênfase na natureza multidimensional da segurança alimentar e permite identificar quatro dimensões do conceito em questão, que juntas, configuram-se como uma ferramenta valiosa para sua análise (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013). A primeira dimensão é a disponibilidade, que se refere à oferta de alimentos, e é determinada por sua produção, importações e seus estoques (FAO, 2008). É válido ressaltar que Segurança alimentar foi por muito tempo considerada sinônimo de disponibilidade de alimento, pensamento que deduz que o aumento da produção equivaleria a redução da insegurança alimentar. No entanto, observa-se que a produção de alimentos aumentou continuamente nos últimos 50 anos, atingindo a capacidade de alimentar uma quantidade de pessoas maior do que a população mundial. Logo, subentende-se que a disponibilidade não

pode ser a única dimensão, direcionando a presente discussão para próxima dimensão, o acesso ao alimento (SIMON, 2012).

A dimensão do acesso é segmentada quanto ao seu caráter físico, econômico e sociocultural. Jonnes et al. (2013) coloca que o aspecto físico possui uma conotação quase logística, na qual em uma situação de segurança alimentar, o alimento está fisicamente disponível onde é necessário. No que se refere ao acesso econômico, commodities alimentícias não só devem estar disponíveis à população em questão, mas esta deve possuir a capacidade financeira de adquirir regularmente quantidades suficientes para atender suas demandas. Por fim, o acesso sociocultural lida com situações em que alguns grupos da população possuem barreiras no acesso ao alimento por razões sociais, como segregação étnica.

Não obstante, a disponibilidade e acessibilidade do alimento não assegura a ingestão de “alimentos seguros, nutritivos” (WFS, 1996) que satisfaçam as necessidades dietéticas dos indivíduos em questão, elementos presentes na definição exposta anteriormente de Segurança alimentar. Neste contexto, aborda-se a dimensão da utilização do alimento, que engloba desde a seleção de commodities alimentícias, à sua conservação, processamento e preparo; além de tomar em consideração a presença de água limpa, sanitização e cuidados médicos (SIMON, 2012).

A última dimensão, estabilidade, ressalta a importância do caráter permanente e sustentável das demais dimensões da definição. Um dos guias práticos da FAO, focado em introduzir conceitos de Segurança Alimentar (FAO, 2008), salienta que a ausência do acesso ao alimento de forma periódica causa o risco de deterioração do status nutricional de determinado indivíduo e por isso, para que os objetivos de segurança alimentar sejam alcançados, os quatro elementos devem estar presentes simultaneamente.

Simon (2008) afirma ainda que, devido à dificuldade de mensurar Segurança alimentar, avaliam-se os níveis de insegurança alimentar, definida pela FAO como: situação em que algumas pessoas não possuem acesso a quantidades suficientes de alimento seguro e nutritivo, não consumindo alimentos necessários para um crescimento normal e a condução de uma vida saudável.

A Insegurança alimentar pode ainda ser classificada em dois tipos de acordo com sua duração e frequência, a Insegurança alimentar crônica e a Insegurança alimentar transitória. A Insegurança alimentar crônica dá-se a longo-prazo ou de forma persistente, é caracterizada pela situação na qual os indivíduos são incapazes de atingir níveis mínimos de alimentação. Geralmente é resultado de longos períodos de pobreza e acesso inadequado a recursos

produtivos ou financeiros (FAO, 2008; SIMON, 2012). Já a insegurança alimentar transitória ocorre a curto prazo ou é temporária, é caracterizada por uma queda súbita na habilidade de produzir ou ter acesso a alimento suficiente para a manutenção de um bom status nutricional. Ela é fruto de choques e flutuações rápidas na disponibilidade ou no acesso aos alimentos. De forma intermediária, flutua o conceito de insegurança alimentar sazonal, que se aproxima da crônica por sua previsibilidade e da transitória pela sua curta duração. A Insegurança alimentar crônica é representada por um padrão cíclico de disponibilidade e acesso inadequados à alimentos (FAO, 2008; SIMON, 2012).

É fundamental diferenciar o objeto deste trabalho, Segurança alimentar, de um termo correlato, que também se encontra presente nas discussões da presente temática, mas apresenta uma abordagem distinta, a saber: a ‘soberania alimentar’. Conforme expõem Wittman, Desmarais e Wiebe (2010), Soberania alimentar é definida como o direito de nações e povos de controlar seus próprios sistemas alimentares, incluindo seus próprios mercados, modelos de produção, culturas alimentares e meio-ambiente, tendo emergido como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal dominante de agricultura e comércio. O termo foi cunhado com o objetivo de reconhecer a dimensão de poder político e econômico inerente ao debate de agricultura e alimentação e é utilizado por organizações como a Via Campesina (2018), que afirma que seu diferencial está no processo de adaptação da discussão a povos e lugares específicos, pensando em como, onde e por quem o alimento será produzido.

## **2.2 Mensurações e relatórios de Segurança alimentar**

Aferições de segurança alimentar têm seu foco nas diferentes dimensões abarcadas pelo conceito (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade das dimensões precedentes ao longo tempo) ou em combinações destas. As mensurações são extraídas de dados coletados a nível nacional, regional, domiciliar e/ou níveis individuais e variam quanto ao seu nível de complexidade, passando de indicadores simples produzidos com dados facilmente coletados e analisados, à indicadores que requerem coletas de dados com abundância de tempo e recursos e análises sofisticadas (JONES et al., 2013).

A observação de diversos relatórios que procuram aferir a Insegurança alimentar permite deduzir que indicadores comumente utilizados são: prevalência de desnutrição, de crianças abaixo do peso e de mortalidade infantil, níveis de produção, importação e variação de preço de alimentos, percentagem da renda familiar direcionada à alimentação, entre diversos outros. Os indicadores e métricas de segurança alimentar são apresentados sozinhos

ou em grupos em diferentes relatórios, que compilam informações relativas ao tema em um determinado período de tempo.

Os relatórios em pauta podem ser emitidos tanto dentro um contexto local, em que se apresenta a realidade de um único país, como dentro de um escopo global, onde apresenta um panorama da situação da maioria dos países. Eles podem ainda delimitar sua abrangência geográfica a regiões. Como apresenta Jones et al. (2013), a diversidade de ferramentas de mensuração de segurança alimentar por vezes causa transtorno, e em função disso, o presente trabalho se utilizará dos relatórios que melhor contribuam para o caso em questão.

Levando em consideração a composição dos relatórios e de seus índices, a frequência de publicações ao longo dos anos e a viabilidade de um modo geral destes como fonte de informação para o sujeito específico deste trabalho, o *Global Hunger Index* (GHI) será a fonte primária de informações para análise da insegurança alimentar. O GHI foi pensado para acompanhar as tendências de aumento e diminuição da fome tanto globalmente, como por país e por região, sendo calculado todos os anos desde 2006 pela *International Food Policy Research Institute* - (IFPRI).

Baseado na natureza multidimensional da Segurança alimentar, o GHI é formado por três indicadores de igual peso: 1) porcentagem de desnutrição, 2) proporção de crianças abaixo do peso recomendado, 3) incidência de mortalidade infantil. Um valor é então atribuído aos países em uma escala de 0 a 100, onde faixas categóricas os classificam quanto ao nível de fome, com seus extremos sendo: “baixo” e “extremamente alarmante” (GHI, 2012).

Outro relatório relevante dentro da temática de segurança alimentar, é o *State of Food Insecurity and Nutrition in the World* (SOFI), elaborado com a participação de diversas instituições internacionais, entre elas a FAO, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para Crianças), o WFP (*World Food Programme*) e a OMS (Organização Mundial da Saúde). O relatório em questão teve sua primeira edição em 2005 e desde então anualmente retrata um panorama global da insegurança alimentar, utilizando como dado principal o número total de desnutridos por país e região e suas equivalentes porcentagens em relação ao grupo populacional em questão (FAO, 2015).

Destacam-se também como relatórios pertinentes, o recém-criado *Global Report on Food Crisis*, que embora seja bastante completo à nível de dados, apenas possui três edições. E o *Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis* (CFSVA), que publica análises por país desde 2008 e utiliza dados como o consumo de alimentos.

E por fim, o *Integrated Food Security Phase Classification* (IPC), concebeu um índice próprio que categoriza situações de insegurança alimentar entre aguda e crônica, sendo ambas

segmentadas em diferentes níveis de gravidade. A escala aguda é segmentada em cinco fases, a primeira representando um nível de insegurança alimentar “Mínimo” e a última e mais grave denominada em inglês como “*Famine*”, representando uma situação extrema de insegurança alimentar. Já a escala crônica, é segmentada em 4 níveis, que classificam a insegurança alimentar como “mínima”, “leve”, “moderada” e “severa” (IPC; FAO, 2017).

### **3 BURUNDI: O CONTEXTO HISTÓRICO DA FOME**

O Burundi, um país situado na região do centro-leste da África, é fronteiro da Ruanda, da Tanzânia e da República Democrática do Congo e possui uma população estimada em 10 milhões de pessoas em 2016 de acordo com a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (2017). Sua história, recente como sua independência, é inegavelmente conturbada e têm início com a colonização alemã da região, chamada à época de Ruanda-Urundi, que hoje equivaleria à união dos territórios de Ruanda e do Burundi. Após a primeira Guerra Mundial e o tratado de Versailles, a tutela colonial da região é transferida da Alemanha para Bélgica, que permaneceu quatro décadas responsável por seu controle (UVIN, 2009).

Segmentações étnicas são parte da composição social do país, mas a natureza dessas relações foi profundamente mudada pela colonização belga, que tornou as relações políticas, sociais e econômicas rígidas e desiguais (UVIN, 2009). O resultado foi uma categorização étnica que é a principal fonte do conflito no país, composto em sua grande maioria pela etnia Hutu, que corresponde a aproximadamente 85% da população e que passou por um processo de marginalização sistêmica no território, controlado pela etnia Tutsi, uma elite que corresponde a cerca de 14% da população (UVIN, 1999).

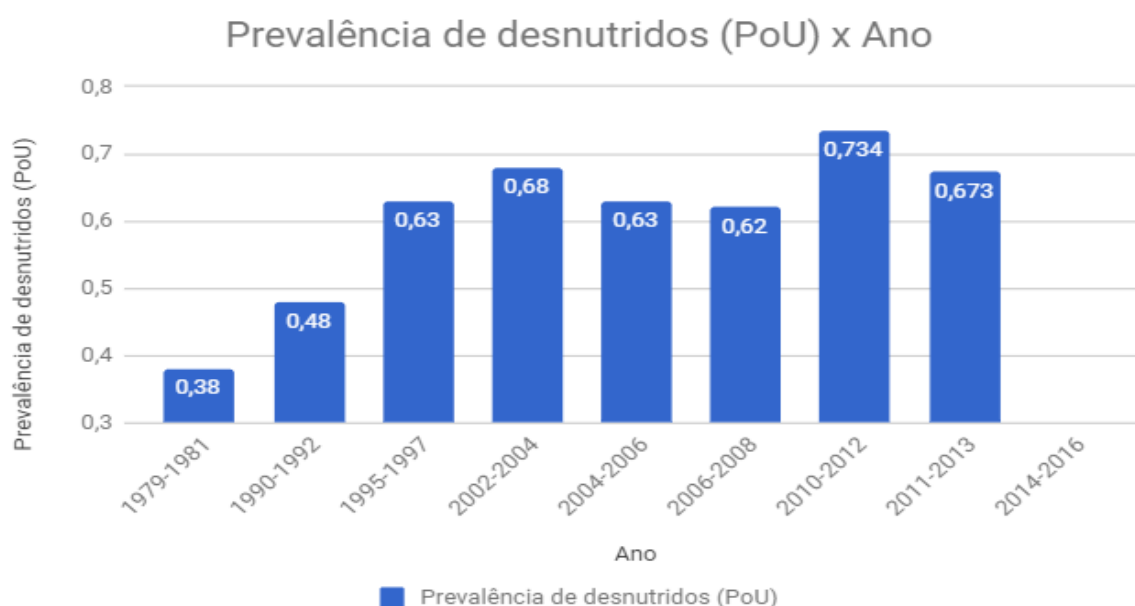
Após sua independência, em 1961, o clima político no país sofreu um processo quase contínuo de escalção de conflitos e de violência, por onde permeiam as mortes de príncipes e presidentes e a instauração de um regime militar que perdurou por mais de duas décadas (JAMAR, 2016). O auge da natureza polarizada da cena política e social na região foi marcado por uma tentativa falha de golpe, executada por militares pertencentes à etnia Hutu, com a intenção de depor um governo majoritariamente tutsi. Como consequência, a população Hutu foi sujeita à violência e repressão que culmina em um genocídio que promoveu a morte de cerca de 200.000 Hutu em resposta à morte aproximadamente 3.000 Tutsi, se constituindo como ato de retaliação planejado pelo governo e levado à cabo em 1972 (JAMAR, 2016; UVIN; 2009; WIELENGA, AKIN-AINA, 2016).

De forma a facilitar o desenvolvimento da discussão, o presente tópico se limitará a expor uma construção histórica da situação de insegurança alimentar do Burundi, acompanhada de uma investigação de seus prováveis elementos causadores a partir de uma análise de dados correspondentes ao período entre 1980 e 2006, anos que correspondem respectivamente aos primeiros dados publicados pelo GHI ( mais próximos ao genocídio da população Hutu) e ao fim de uma guerra civil, eclodida em 1993 e sobre a qual este escrito se pronunciará mais adiante.

Tendo em vista a clareza com a qual a declaração de Roma (WFS, 1996), afirma que ambientes políticos, econômicos e sociais pacíficos estáveis e permissivos são “a fundação essencial que permitirá aos Estados atribuir a prioridade necessária à segurança alimentar e redução da pobreza” (WORLD FOOD SUMMIT, 1996, sem página), a investigação a seguir observará se houveram conexões entre os desdobramentos do conflito civil e as variações nos índices de segurança alimentar.

Tomando como recorte temporal os índices apresentados a partir da primeira edição do *Global Hunger Index* (GHI), o Burundi se encontrava em uma conjuntura preocupante de insegurança alimentar já em 1981. Na época em questão, início dos anos 80, o país possuía 38% de prevalência de desnutridos na população (PoU) como pode ser observado no gráfico abaixo (gráfico 1), situação que apenas se agrava com os dados referentes à taxa de mortalidade infantil, que chegou aos 19,3% , e a prevalência de crianças abaixo do peso, que somavam 25,9%. Já o GHI, valor composto pela combinação das mensurações recém expostas, totalizou 27,73 pontos dentro de uma escala onde 40 representa uma conjuntura insegurança alimentar “alarmante”. Essa pontuação classificou a situação do Burundi como “Séria”, e tornou-se a pontuação mais baixa (e que representa o menor grau de severidade) já atingida pelo país, que viu apenas o agravamento de seu cenário nos anos subsequentes.

Gráfico 1 - Prevalência de desnutridos no Burundi (1979 a 2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GHI (2006- 2016)

Levando em consideração as informações expostas e o conflito étnico vivenciado pelo país nos anos anteriores, é possível inferir a existência de uma vinculação entre os eventos. Em concordância com o observado acima, o relatório promovido pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) sobre segurança alimentar, conflito e cooperação, afirma que conflitos contribuem diretamente para a insegurança alimentar tanto aguda quanto crônica (SIMMONS, 2013). Já a agência estadunidense vai mais longe, e afirma que: “Não existem conflitos nos quais fome e insegurança alimentar adicionais não sejam o resultado. Conflitos afetam negativamente todas as quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade” (USAID, 2013, p.13). A contribuição aparece de diversas formas e, no caso do Burundi, a maioria delas se apresenta de forma bastante evidente.

O informe técnico da FAO sobre Paz, conflito e segurança alimentar (FAO, 2016), explica que conflitos, particularmente conflitos civis, afetam principalmente áreas rurais, de forma a ocasionar a interrupção da produção de alimentos tanto no âmbito da agricultura como no da pesca e pecuária. Dentro das circunstâncias de países predominantemente rurais, como o Burundi, onde 90% da população está localizada no campo e possui como atividade principal a agricultura de subsistência a afirmação se faz mais provável, com conflitos possuindo a capacidade de provocar danos significativos no estilo de vida dessa população e em sua segurança alimentar. (SIMMONS, 2013)

Outra provável consequência de conflitos civis exposta pela FAO (2016) e pela Simmons (2013) é redução da disponibilidade de alimentos, provocada pela migração das



populações rurais, que fogem das zonas de conflito deixando para trás seus espaços de cultivo e se deslocando tanto internamente quanto para países vizinhos em busca de segurança. No contexto do Burundi, acredita-se que entre 100.000 e 150.000 Hutu deslocaram-se para outros países em busca de refúgio nos anos correspondentes ao conflito em questão (UVIN, 1999; WIELENGA, AKIN-AINA, 2016).

No início dos anos 1990, a taxa de mortalidade infantil apresentou um leve recuo. No que se refere aos demais indicadores, todos atestaram a ampliação da situação de insegurança alimentar, que com 32,27 pontos no GHI, permanecia “Séria”, além de contar com um acréscimo de 5% na porcentagem de crianças desnutridas. A mudança mais visível entre as aferições de época foi o enorme salto dado pelo índice prevalência de desnutridos (Gráfico 1), que passou de 38% em 1981 para 48% em 1992, alertando para inclusão de 10% da população burundesa na categoria de desnutridos, expondo assim que quase 50% da população do país não consegue ingerir o número mínimo necessário de calorias diárias (GHI 2006).

Estes indicadores representam a situação de insegurança alimentar no país imediatamente após o ressurgimento do conflito étnico em 1988, provocada pelo assassinato de centenas de Tutsi por rebeldes Hutu. Como represália, militares Tutsi tiraram a vida de aproximadamente 20.000 Hutu (JAMAR, 2006; WIELENGA, AKIN-AINA, 2016). Esse evento serviu de gatilho para o agravamento da insegurança alimentar no país, que já possuía níveis consideravelmente acima das médias globais e regionais. O Political Economy Research Institute - PERI (201-) descreve como a violência gerou ultraje e reprovação a níveis doméstico e internacional, que demandaram o fim da repressão governamental e da discriminação étnica, pedindo pela realização de reformas a fim de alcançar uma representação igualitária das etnias burundesas à nível político.

Perante as demandas de abertura política, o então presidente modificou a constituição, permitindo a ocorrência de eleições com a participação de múltiplos partidos. Na primeira corrida eleitoral democrática do país, realizada em 1993, um presidente civil da etnia Hutu foi eleito mas, três meses após o início de seu mandato, militares Tutsi que temiam a inclusão da população Hutu no cenário político do país, promoveram seu assassinato, dando continuidade ao histórico de violência e repressão no país (PERI, 201- ; BUNDERVOET et al., 2008) Após o assassinato do recém eleito presidente, uma guerra civil foi instaurada e rebeldes Hutu entram em combate direto com as forças militares no Burundi. Nos anos seguintes, o país passou por ainda mais traumas, incluindo o assassinato do presidente que viria a assumir em 1994, e um novo golpe de estado em 1996, que ocorreram concomitantemente ao aumento da

fome e da precariedade da segurança alimentar da população burundesa (PERI, 201-; WIELENGA, AKIN-AINA, 2016).

Os anos subsequentes foram ainda mais drásticos, e apresentaram um dos saltos mais dramáticos do crescimento de insegurança alimentar no país que já apresentava índices alarmantes. Em 1997, apenas 5 anos após a mensuração anterior, realizada um ano antes do início da guerra civil, o Burundi apresentou um acréscimo de 7,5% no número de crianças abaixo do peso, mas são outros dois grandes saltos que chamam a atenção para a gravidade das circunstâncias. Nesse mesmo ano, os dados referentes à proporção de desnutridos na população Burundesa apontaram para um crescimento de 15%, favorecendo a elevação do GHI para 39.71 pontos. Com essa nova pontuação, o Relatório Global Hunger Index alterou a classificação da situação de insegurança alimentar do país, que antes se configurava como “Séria” e passou a enquadrá-la na categoria de “Alarmante”, que permaneceu com o país por todos os demais relatórios disponibilizados desde ano de 2006 em diante (GHI, 2006).

Conforme Bundervoet et al. (2008), a guerra civil do Burundi foi um dos mais mortais conflitos na história recente, tendo provocado a morte de mais de 300.000 civis até seu fim, oficialmente proclamado no ano de 2006. Dados coletados entre 2002 e 2007, intervalo que representa respectivamente a diminuição violência e a realidade imediatamente após o fim oficial do conflito, expõem as enormes perdas sofridas pela população em matéria de segurança alimentar.

Entre 2003 e 2007, a pontuação referente ao *Global Hunger Index* atribuída ao Burundi é 42, apresentando uma pequena variação entre o início e o fim desse período, ela configura-se como a maior pontuação já atingida pelo país, que em 2003 possui a maior taxa no GHI dentre todos os países da África subsaariana. Outros valores significativos são aqueles que representam a prevalência de desnutrição, que em 2004 alcançou 68% da população do Burundi e a taxa de mortalidade infantil, que chegou a ultrapassar 18% do total de crianças com menos dos 5 anos. (GHI, 2006)

A análise promovida pelo *Global Hunger Index* (2006) da situação do país, confirmou que a pontuação atribuída (42.7) é resultado direto de 10 anos de conflito armado, que levou a grandes deslocamentos populacionais e ao estabelecimento de uma economia frágil no país, que depende do cultivo de café e chá e da agricultura de subsistência. Corroborando com o discorrido ao longo deste tópico, o relatório declarou que a fome cresceu de forma consistente no Burundi desde o início dos anos 80 e apontou que, de acordo com o *International Food Policy Research Institute* (IFPRI), o país foi o penúltimo entre os presentes na África subsaariana no ranking de proporção de disponibilidade energética da população, apenas à

frente da Etiópia (GHI 2006). Além disso, em 1993, ano de início da guerra civil, 40% da população sobrevivia com menos de 1 dólar por dia, 28% a menos que os 68% que o faziam em 2003, ratificando a grande participação do conflito no aumento da fome e da pobreza no país.

#### **4 SEGURANÇA ALIMENTAR NO PÓS-GUERRA CIVIL: O LEGADO DA GUERRA E OUTRAS RAÍZES DA FOME**

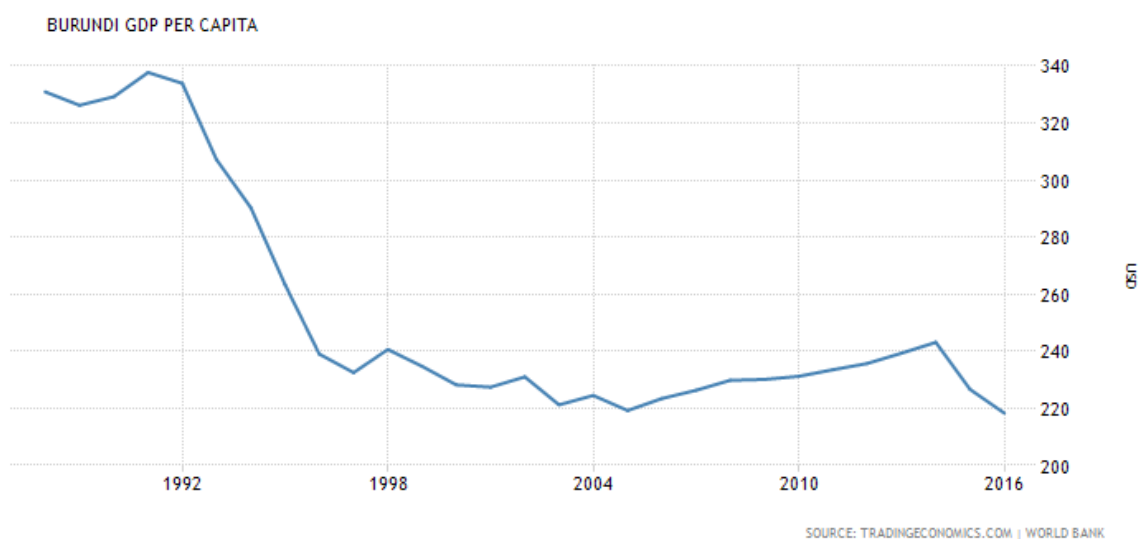
Os danos provocados pelos anos de Guerra civil no Burundi vão muito além dos 300 mil mortos e 1.2 milhões de deslocados e adentram profundamente o cenário econômico e social da população burundesa, pelo qual se estenderam por anos a fio. Embora o Burundi já tenha avançado bastante em seu processo de reconstrução desde o fim dos 13 anos de guerra civil, em 2008 ele ainda se configurava como uma das mais pobres nações no mundo, se colocando na posição número 167 dentre 177 países de acordo com o *Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis - CFSVA* (WFP, 2008).

Dentro desse contexto, o presente tópico se dedicará a investigar não só quais legados da guerra ainda retardam o progresso do país em matéria de segurança alimentar, mas expor, através de uma análise de evolução de dados entre os anos de 2007 e 2014, a existência de outros fatores que promovem a continuidade da fome e da desnutrição no país mesmo com o fim da guerra civil, em uma tentativa de exibir a complexidade da problemática e evitar uma simplificação do objeto de estudo em questão e das causas da fome.

Uma das consequências mais significativas da guerra do ponto de vista econômico e social e que tem uma repercussão direta não só na possibilidade de acesso ao alimento, mas na disponibilidade deste de forma geral, foi a queda vertiginosa do PIB per capita dos burundeses. Como expõe gráfico abaixo (Figura 1), fornecido pela *Trending Economics* e composto com dados do Banco Mundial (2018), o PIB per capita do país apresenta uma queda drástica a partir de 1992, ano que marca o início das tensões sociais e políticas que viriam a resultar na guerra civil iniciada em 1993. No período em questão, a renda per capita sofreu uma queda de 112,7 dólares, significando uma redução de 33,65% do valor encontrado em 1992 - segundo maior valor já atingido pelo país desde sua independência em 1962. (TRADING ECONOMICS, 2018)

Um ano após a assinatura do acordo de paz que pôs fim ao confronto civil no país, o Burundi permaneceu localizado na última posição do GHI, e na penúltima posição no ranking que indica o progresso dos países quanto ao mesmo índice (GHI 2007).

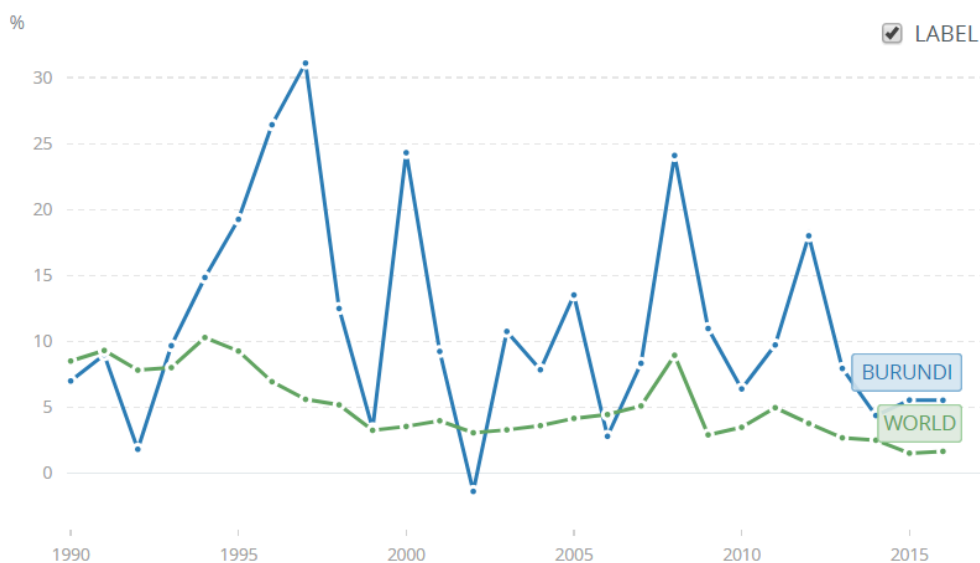
Figura 1 - Produto Interno Bruto per capita entre 1988 e 2016 (Dólares)



Fonte: TRADING ECONOMICS (2018)

A redução da renda da população burundesa não foi o único fator que possuiu um impacto direto no acesso desta ao alimento. Outra adversidade encontrada para o alcance dessa dimensão da Segurança alimentar, foi a notável variação dos índices inflacionários no país, que embora exista desde sua independência, apresentou uma elevação excepcional com o início do conflito. A título ilustrativo, no ano anterior ao início da guerra civil a inflação no país foi de 1,8%. Nos anos subsequentes, avançou para 8,9% (1993); 14,8% (1994); 19,9% (1995); 26,4% (1996) e 31,1% (1997), todos visivelmente acima da porcentagem média mundial, como pode ser observado no gráfico abaixo (Figura 2), elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2018).

Figura 2 - Inflação, preços ao consumidor - Burundi e média mundial (% anual)



Fonte: BANCO MUNDIAL (2018)

Embora seja natural a inclinação a acreditar que os níveis de segurança alimentar apresentariam melhoras com o fim da guerra civil em 2006, os índices utilizados como parâmetro de análise no presente trabalho exibiram apenas uma pequena redução, que pode ser observada especificamente no ano de 2008. Nesse mesmo ano, o país voltou a manifestar uma grande alta nos índices inflacionários, que como pode ser observado na (figura 2), representa uma reação amplificada de uma tendência mundial.

Esse aumento repentino de preços é atribuído pela literatura a dois fenômenos econômicos mundiais, um deles é a crise mundial de alimentos, que teve como auge o ano de 2008, e o outro a crise econômica mundial que teve lugar no mesmo ano. Estando complexamente interligadas por suas conexões e implicações para Segurança alimentar, estabilidade financeira e econômica e segurança política, ambas as crises possuem efeitos mais fortes em países em desenvolvimento (GHI 2009).

A crise econômica em particular, causada pela recessão global, se apresentou como um agravante para a situação dos mais pobres e famintos, uma vez que países com os níveis mais elevados de fome estão entre os mais vulneráveis à derrocada global (GHI 2009). De acordo com o *State of Food Insecurity in the World* (FAO; WFP, 2009), países que passaram por outras crises em um passado recente estão mais propensos a essa vulnerabilidade, uma vez que seus mecanismos de enfrentamento foram afetados por crises nacionais ou regionais anteriores, que muitas vezes também provocam desequilíbrios macroeconômicos, tornando o país mais exposto a seus impactos.

Crises econômicas mundiais também implicam na redução da transferência de ODA (*Official Development Assistance*), que se configura como uma fonte de financiamento

internacional para os países mais pobres e que, em países da África subsahariana muitas vezes representa grande proporção do PIB. No caso do Burundi, a ODA chegou a compor mais de 40% do PIB do país (FAO; WFP, 2009). Em referência a situação em pauta, o Global Hunger Index descreve: *“For two countries with extremely alarming levels of hunger – Burundi and the Democratic Republic of Congo – vulnerability to the global downturn is also very high. Diminished aid flows are the greatest source of vulnerability for Burundi.”* (GHI, 2009, p.17).

A crise internacional de alimentos é atestada por diversas instituições, que atentaram para um aumento repentino de preços de alimentos, entre elas, o Banco Mundial que afirma que os preços de alimento aumentaram mundialmente mais de 80% entre 2008 e 2011, e a FAO afirma que houve um aumento de 45% em um intervalo de apenas nove meses no índice que mensura os preços em questão no ano de 2007. Ilaboya et al. (2011) relata que a crise de segurança alimentar global colocou em risco as vidas de milhões de pessoas em comunidades vulneráveis particularmente na África, que possuem sua situação agravada pela pobreza, desnutrição e fome.

A produção agrícola é atividade primária da população do Burundi, e se colocou tanto como fonte de alimento como fonte de renda do país que em 2007 possuía uma das mais baixas taxas de urbanização da África, apenas 9,6% de sua demografia. No entanto, o país não é autossuficiente na produção de alimento. Nesse contexto, o aumento global no preço de commodities causou grandes preocupações, tendo em vista que alimentos como arroz, trigo e milho apresentaram as maiores altas. Dessa forma, o país observou altas de 20% nos preços dos alimentos comprados nos principais mercados do país, nos quais o preço do arroz chegou a aumentar mais de 50% (GANDURO, 2008). É importante ressaltar que a segurança alimentar em si, se configura como um gatilho para o aumento de preços.

Outra variável participante na persistência da insegurança alimentar no Burundi, é a descendente produtividade per capita de alimento, afetada pela combinação do aumento da densidade populacional no país com a diminuição ou estagnação produtividade agrícola. A produção agrícola mantém-se nos níveis existentes pré-1993, ano correspondente ao início da guerra civil. Essa ocorrência é resultado tanto de práticas de agricultura que prejudicam a saúde e a integridade do solo no país e que ocasionam a perda da agrobiodiversidade, como da diminuição em si da produção agrícola como consequência do deslocamento de parte significativa da população produtora rural (WFP, 2018; WFP, 2008; FAO, sem data). Aliada a um crescimento populacional de aproximadamente 3% ao ano e a incapacidade da produção doméstica de suprir demandas internas por alimento, a alta densidade populacional contribui

para competição e disputa por recursos naturais escassos e torna o país mais vulnerável a choques econômicos e ao aumento internacional de preços (WFP, 2018; WFP, 2018).

Por fim, a recorrência de choques climáticos na região funciona como mais um efeito agravante da conjuntura de insegurança alimentar do Burundi, que de acordo com a FAO (201-), é especificamente vulnerável à mudanças climáticas devido à baixa tecnologia e infraestrutura de seu processo produtivo. Dessa forma, o *World Food Program* (2018) descreve que assim como grande parte da África Central, o Burundi está sujeito a desastres naturais, com cheias recorrentes, chuvas de granizo, secas e chuvas torrenciais e foi submetido a um alto número desses desastres nos últimos anos, que favorecem a deterioração das seguranças alimentares e nutricionais.

Em simultaneidade com os fatos retratados acima, propagavam-se ramificações do conflito que nunca chegou a uma cessação completa e que por fim, se redesenhou não mais como um conflito de cunho prioritariamente étnico, mas um conflito pautado em divergências político-partidárias. A modificação da motivação cerne do conflito está associada às determinações elencadas pelos acordos de paz, que previram um sistema de cotas étnicas para as composições partidárias, de forma tal que as tensões étnicas se dispersaram massivamente.

No entanto, ao longo dos anos pós-guerra civil, se constituíram enormes discordâncias de cunho político no país, que agora envolvem os partidos preponderantes do Burundi, o chamado CNDD (*Conseil national pour la défense de la démocratie*), partido do governo, e a FNL (*Forces nationales pour la libération*), partido principal dentre a oposição no país e que até o ano de 2009 se apresentava como um grupo rebelde, quando assinou o acordo de paz (WIELENGA; AKIN-AINA, 2016. RÉVILLON, 2016, HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

A evolução da presente escalção do conflito tem início com a eleição do presidente Pierre Nkurunziza pelo parlamento em 2005, cujo governo entrou em confronto com a FNL nos anos de 2007 e 2008 provocando ao menos 100 mortes. A conjuntura política e social voltou a deteriorar-se em 2010, ano das primeiras eleições presidenciais diretas após a guerra civil de 1993 e que foram levadas a cabo em meio a um boicote promovidos pelos partidos de oposição. Pierre Nkurunziza foi reeleito e em 2011, grupos de direitos humanos relatam ao menos 500 mortes, majoritariamente de pessoas pertencentes a partidos de oposição ao governo, além de violações da liberdade de imprensa, prisões e intimidações de jornalistas e líderes políticos ao longo dos anos que antecederam o processo eleitoral de 2015 (RÉVILLON, 2016, HUMAN RIGHTS WATCH, 2011).

Tendo em vista a indisponibilidade dos dados norteadores de nossa investigação para o ano de 2009, à exceção da pontuação do GHI que retratou um pequeno agravamento na

situação de insegurança alimentar no Burundi para esse ano, a exposição dos dados terá sequência a partir do ano de 2010. Esses mesmos indicadores são disponibilizados pelos GHI apenas até o ano de 2014, ano a partir do qual o relatório passa a afirmar que não foi possível realizar seu cálculo devido à insuficiência de dados, uma situação comum para alguns outros países que apresentaram altos níveis de fome na época dada e que, em nosso caso de análise específico pode estar associado ao restabelecimento do conflito civil. (GHI 2015)

Concomitantemente à evolução dos fatos apresentados acima, a maior parte dos indicadores do ano de 2010 não apresentou grandes diferenças em relação aos valores encontrados em aferições imediatamente anteriores. A prevalência de crianças abaixo do peso, 35,2% em 2010, sofreu uma queda de 6,1% até o ano de 2013, ano de sua última mensuração até o presente momento (2018). Quanto aos demais indicadores exibidos pelo relatório, três apresentaram uma elevação em seus valores nos anos de 2012 e 2013, dos quais parte apresenta uma variação brusca que aponta para uma decaída severa da situação de insegurança alimentar no Burundi, que embora permanecesse grave, não apresentava grandes oscilações.

Os indicadores acima referidos são: O GHI, que apesar de ter aumentado apenas 1,6 pontos, alcançou em 2013 seu maior valor desde de 2008; A taxa de mortalidade infantil, que apresentou um dos saltos mais drásticos, chegando a 19,4% das crianças burundesas em 2013, a maior proporção atingida desde o início das aferições, que iniciaram em 1980 com um valor de 19,3%; e por último, a prevalência de desnutridos aferiu que 73,4% da população burundesa sofria com desnutrição em 2012, o valor mais alto atingindo até o momento (como podemos averiguar por meio da leitura do gráfico 1, exposta no tópico anterior) e que alerta para a gravidade da situação no país.

Em seguida, novos conflitos violentos tiveram início quando o presidente anunciou a sua intenção de candidatura a um terceiro mandato, que de acordo com os opositores, seria um ato que iria contra os acordos de paz firmados. O governo se defende das alegações afirmando que como a primeira gestão de Nkurunziza não foi proveniente de eleições diretas, ele ainda possuiria legalmente um outro mandato pela frente. Em 2015, as ruas foram tomadas por manifestantes da oposição e conflitos surgiram entre as forças de segurança do estado e aqueles que se opunham à decisão do presidente. A situação do país permanece conturbada e incerta (WIELENGA; AKIN-AINA, 2016).

É fundamental expor que, embora todos os aspectos apresentados possuam uma influência mais do que significativa dentro da estrutura que favorece a manutenção dos elevados índices de insegurança alimentar no Burundi, é inegável afirmar que



desdobramentos do conflito civil se sobressaem como agentes motivadores centrais do agravamento da situação do caso em análise. As tensões civis no Burundi, inicialmente de teor étnico e posteriormente de cunho político, foram uma variável constante na história do país desde seu período colonial, passando por sua independência e pelo grande marco que significou o genocídio de 1972, e se alastrando pelo período de análise recortado por este artigo, entre 1980 e 2014, no qual como previamente exposto, foi indubitavelmente proeminente em sua importância e impacto.

Retomando a centralidade da discussão para a Segurança alimentar, foram elencadas neste trabalho as variáveis predominantemente encontradas na literatura como agentes participantes do agravamento e manutenção da problemática no contexto do caso do Burundi. Apesar do entendimento da complexidade dos fatores motivadores envolvidos na situação de crise prolongada de insegurança alimentar no Burundi, existe uma grande inclinação a se atribuir aos conflitos étnico e político-partidário, uma condição de variável ímpar dentre as demais no que se concerne a sua parcela de participação no aumento e manutenção da fome no país. Dedução essa oriunda não só do reconhecimento da gravidade e da constância destes ao longo dos anos de delimitação temporal deste trabalho, mas pela atestação da concomitância dos momentos de agravamento da situação de insegurança alimentar no Burundi com períodos-chave de desdobramento dos conflitos

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste trabalho propôs como objetivo investigar e expor as principais causas da insegurança alimentar no Burundi entre 1980 e 2014, a fim de proporcionar uma centralização de informações que permita uma visão holística da conjuntura da fome no país.

Nesse sentido, os principais resultados desta investigação se descrevem a seguir. O acompanhamento dos dados referentes à insegurança alimentar no país nos permite associar momentos de desdobramento do conflito étnico à variações dos índices delimitados entre 1980 e 2006. Esses vínculos são observados com maior clareza em alguns momentos específicos, como no salto dado por todos os índices (significando o agravamento da conjuntura de insegurança alimentar) entre o início dos anos 80 e o início dos anos 90, entre os quais ocorre a morte de mais de 20.000 burundeses da etnia Hutu. Outra linearidade observada, é uma nova elevação agressiva nos índices do GHI entre 1992 e 1997, período

correspondente à precedência da guerra e ao intermédio desta, estes que apenas mostram melhoras na situação de fome em 2007, um ano após o fim do conflito

A investigação por meio da revisão de literatura e análise de índices macroeconômicos correspondentes ao período, permitiu a evidenciação de alguns legados da guerra civil, sendo os mais notáveis deles a queda do PIB per capita, o aumento desproporcional dos índices inflacionários e o deslocamento da população, este que ocasionou a diminuição da produtividade agrícola. Todos complementados por outros fenômenos que agem para a mitigação da segurança alimentar.

Por fim, foram identificados outros fatores de ordem local, regional e global, que agem como agravantes que impedem a reversão da situação de fome no pós-guerra. Os primeiros agentes identificados são as crises econômicas mundiais e a crise mundial de alimentos, ambas que promovem um novo aumento da inflação e conseqüente elevação no preço de alimentos, além disso, a primeira atua na redução da transferência de auxílios financeiros internacionais para o Burundi.

As ingerências de ordem local e regional encontradas foram a redução da produtividade agrícola, já referida anteriormente como reflexo da guerra, mas que é também fruto do aumento da densidade populacional do país, da crescente infertilidade do solo e da baixa tecnologia existente no processo produtivo. E a vulnerabilidade da região como um todo a choques climáticos, como cheias e chuvas torrenciais. Por fim, o desenvolvimento de um conflito político-partidário promoveu novamente instabilidade social e econômica, que se agrava progressivamente a desde de 2011 (FAO, 2017).

Entre as das dificuldades encontradas ao longo desta investigação está a dispersão de dos agentes promotores da insegurança alimentar do Burundi em meio a literatura disponibilizada, que em raras vezes proporcionou uma visão holística da situação enfrentada pelo país. Além disso, encontraram-se disparidades e inconsistências entre os dados disponibilizados por diferentes relatórios, sendo esse um dos motivos para a delimitação da amostra deste artigo a um só relatório, o *Global Hunger Index*.

Dessa forma, o presente trabalho pretendeu elucidar a complexidade da problemática de insegurança alimentar no Burundi, ilustrando de forma mais abrangente possível as variáveis envolvidas, em uma tentativa de centralizar as informações e promover um panorama amplo da conjuntura ao leitor. É importante ressaltar, que diversos esforços são produzidos tanto pela comunidade internacional como local para a mitigação da fome no país, dentre os quais estão uma série de políticas públicas governamentais desenhadas para lidar com diferentes aspectos da segurança alimentar a partir de 2009 com o objetivo de mitigar a

fome dos burundeses, cuja implementação e resultados pode dar espaço para uma nova produção científica.

## ABSTRACT

### **FOOD INSECURITY IN BURUNDI: the causes of hunger between 1980 and 2014**

Within a context of global reduction of hunger, Burundi, a country located in central eastern Africa, faces a critical food security situation for more than 30 years. In that perspective, the main objective of this study was to investigate e expose the main causes of food security in Burundi between 1980 and 2014. When it comes to it's methodological aspect, this work is characterized as descriptive and explanatory, also having a documental character for utilizing international reports as instrument of data collection, these being the multiple editions of the Global Hunger Index, published between 2006 and 2014. This investigation is a case study, furthermore being a quali-quantitative research, with the intent of identifying relations between the collected indices and their respective motivations. The results expressed that the civil conflicts had a unique participation on the establishment of the hunger context in the country, whose food security was also constrained by many other agents. Among the other responsible for hunger in Burundi are the World economic crisis, the global food crisis, the reduction of agricultural production, the growth of population density, climate shocks and party political conflicts.

**Keywords:** Food insecurity. Burundi. Global Hunger Index.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Inflação, preços ao consumidor:** Burundi, Mundo. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?end=2016&locations=BI-1W&start=1990> . Acesso em 20 de Abril de 2018.

BUNDERVOET, T.; VERWIMP, P; AKRESH, R.; **Health and Civil War in Rural Burundi**; Policy Research Working Paper; Post-Conflict Transitions Working No. 18; Janeiro, 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ÁFRICA. **Country profile - Burundi**; Economic Commission for Africa: Addis Ababa, Ethiopia, 2017.

FAO. **Burundi: Support for Sustainable Food Production and Enhancement of Food Security and Climate Resilience in Burundi's Highlands**. Roma, Itália.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017: Building resilience for peace and food security**. Rome, FAO.

FAO. **Peace, conflict and food security: What do we know about the linkages?**; Technical note; FAO, 2016

FAO. **Practical Guides: An introduction to The basic Concepts of Food Security**; EC - FAO - Food Security Programme; FAO, 2008.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World.** Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, 2015

FAO; WFP. **The State of Food Insecurity in the World: Economic Crises - impacts and lessons learned.** Food and Agriculture Organization of The United Nations: Rome, 2009

FSIN - Food Security Information Network. **Global Report on Food crises 2018.** FSIN, 2018

GANDURO, S. **High Food Prices in the Eastern, Central and Southern Africa: Assessing Impact and Tracking Progress Towards Meeting the CFA Objectives.** World Food Programme. December, 2008

GHI. **Global Hunger Index 2006: The Challenge of Hunger - Facts, determinants, and trends, Case studies in Afghanistan and Sierra Leone.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2006

GHI. **Global Hunger Index 2007: The Challenge of Hunger- Facts, determinants, and trends - Measures being taken to reduce acute undernourishment and chronic hunger.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2007

GHI. **Global Hunger Index 2008: The Challenge of Hunger 2008.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2008

GHI. **Global Hunger Index 2009: The Challenge of Hunger-** Focus on Financial Crisis and Gender inequality. IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2009

GHI. **Global Hunger Index 2010: The Challenge of Hunger - Focus on the Crisis of Child Undernutrition.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2010

GHI. **Global Hunger Index 2011: The Challenge of Hunger - Taming Price Spikes and Excessive Food Price Volatility.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. 2011

GHI. **Global Hunger Index 2013: The Challenge of Hunger - Building Resilience to Achieve Food and Nutritional Security.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2013.

GHI. **Global Hunger Index 2014: The Challenge of Hidden Hunger.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2014.

GHI. **Global Hunger Index 2015: Armed Conflict and The Challenge of Hunger.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2015.

GHI. **Global Hunger Index 2016: Getting to Zero Hunger.** IFPRI - International Food Policy Research Institute. Bonn, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Country Chapters: Burundi - Events of 2009.** Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/burundi> . Acesso em 15 de Maio de 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2011 Burundi**: Events of 2010. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2010/country-chapters/burundi> . Acesso em 15 de Maio de 2018.

ILABOYA, I. R.; ATIKPO,; OMOFUMA, F. O.; ASEKHAME, F. F.; UMUKORO, L. Causes, Effects, and Way Forward to Food Insecurity. *Iranica Journal of Energy & Environment* 3: 180-188, 2012. Nigeria, 2011.

IPC; FAO. **Integrated Food Security Phase Classification: Technical Manual Version 1.1**. IPC Global Partners. Rome, 2008.

JAMAR, A. **Escalating Conflict in Burundi**: The Challenges of Overcoming Radicalisation; Political Settlements Research Programme; Edinburgh, 2016.

JONES, D. A.; FRANCIS, M. N.; PELTO, G.; YOUNG, S. L.; **What are we Assessing When We Measure Food Security?** A Compendium and Review of Current Metrics. *Advances in Nutrition: An International Review Journal*. American Society for Nutrition, 2013.

LA VIA CAMPESINA. **Via Campesina Europe publishes an in-depth guide to Food Sovereignty**. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty-now-depth-guide/>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

PERI - Political Economy Research Institute. **Modern Conflicts**: Conflict Profile; University of Massachusetts Amherst, Massachusetts.

SHAW, D. J. **World Food Security**: A history since 1945. Palgrave macmillan. Nova Iorque, 2007

SIMMONS, E. **Harvesting Peace**: Food Security, Conflict, and Cooperation (Environmental Change & Security Program Report Vol. 14, Issue 3). Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars; Washington, 2013.

TRANDING ECONOMICS. **Burundi, GDP per capita**. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/burundi/gdp-per-capita>, Acesso em: 20 de Abril de 2018.

UVIN, Peter. **Life after violence**: A people's story of Burundi; Zed Books: Nova Iorque, 2009.

UVIN, Peter. **Ethnicity and Power in Burundi and Rwanda**: Different Paths to Mass Violence; *Comparative Politics*, Vol. 31, No. 3 (Apr., 1999), pp. 253-271; Nova Iorque, 1999.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A.; WIEBE, NITTIE. **The Origins & Potential of Food Sovereignty**. 2010.

WIENLENGA, C., AKIN-AINA, S. **Mapping Conflict and Peace in Burundi**: An Analysis of the Burundi Conflict Terrain; Technical Report, 2016

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **Comprehensive Food Security & Vulnerability Analysis** (CFSVA): Burundi, December 2008. United Nations World Food Programme, Rome, Italy, 2008.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **WFP Burundi**: Country Brief. Março, 2018.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **Countries**: Burundi. Disponível em: <http://www1.wfp.org/countries/burundi>. Acesso em: 1 de Maio de 2018.

WORLD FOOD SUMMIT. **Rome Declaration on World Food Security**; FAO - United Nations Food and Agriculture Organization; Roma, Novembro de 1996.